

PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: SUAS PRÁTICAS E CONTRIBUIÇÕES EM UMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

PSYCHOLOGY IN SOCIAL ASSISTANCE: ITS PRACTICES AND CONTRIBUTIONS IN A HOSTING INSTITUTION

¹TELLES, Camila Pontes; ²BRITO, Ilda Aparecida Brito; ³SOUZA, Julia Bordim; ⁴ROSA, Larissa Pereira; ⁵PINTO, Felipe Ferreira;

^{1a4}Discentes do Curso de Psicologia – Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos – Unifio/FEMM

⁵Docente do Curso de Psicologia – Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos – Unifio/FEMM

RESUMO

Este artigo tem como estudo reconhecer a função do psicólogo no serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, provendo um olhar para o indivíduo nas interações com o serviço. Para sua elaboração, está sendo realizada uma pesquisa bibliográfica, com a intenção de aprimorar a escuta e o olhar subjetivo em relação ao indivíduo, facilitando o trabalho de forma ética e contribuindo com a compreensão das causas de violação dos direitos. Também busca-se compreender o conceito de instituição total definida por Goffman e sua influência na construção da subjetividade. A pesquisa foi desenvolvida a partir de consultas a artigos acadêmicos na área da psicologia e realizado buscas on-line em sites como Scielo e Google Acadêmico, além de outras fontes relevantes. Por meio dessas investigações, concluiu-se que é fundamental entender a integridade do sujeito nas instituições de acolhimento, bem como aprofundar o estudo da escuta como uma ferramenta teórico-técnica essencial para a compreensão do papel do psicólogo em práticas grupais. O estudo também se propôs a analisar a atuação do psicólogo em uma equipe multi e interdisciplinar, auxiliando nas interações e construções técnicas na prática da profissão. Nesse sentido, esta pesquisa é altamente relevante para a psicologia como conteúdo elucidativo para a compreensão dos serviços de acolhimento e possíveis intervenções no campo de proteção.

Palavras-chave: Instituição; Escuta; Proteção; Subjetividade.

ABSTRACT

This article aims to recognize the role of the psychologist in the reception service for children and adolescents, providing a look at the individual in interactions with the service. For its preparation, bibliographical research is being carried out, with the intention of improving listening and subjective perspective in relation to the individual, facilitating ethical work and contributing to the understanding of the causes of rights violations. We also seek to understand the concept of total institution defined by Goffman and its influence on the construction of subjectivity. The research was developed based on consultations with academic articles in the field of psychology and online searches on sites such as Scielo and Google Scholar, as well as other relevant sources. Through these investigations, it was concluded that it is essential to understand the integrity of the subject in reception institutions, as well as to deepen the study of listening as an essential theoretical-technical tool for understanding the role of the psychologist in group practices. The study also aimed to analyze the psychologist's role in a multi- and interdisciplinary team, assisting in interactions and technical constructions in the practice of the profession. In this sense, this research is highly relevant for psychology as enlightening content for understanding reception services and possible interventions in the field of protection.

Keywords: Institution; Listening; Protection; Subjectivity.

INTRODUÇÃO

O serviço de acolhimento para crianças e adolescentes tem a função de oferecer proteção provisória para menores de 0 a 18 anos que foram vítimas de violência, abandono ou estejam expostos a situação de risco. Conforme a legislação vigente, o serviço deve promover planos e ações voltados no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, oferecendo também todos os recursos necessários para desenvolver a autonomia e potencialidades das crianças e dos jovens atendidos. O objetivo é proporcionar cuidado e proteção de forma integral durante esse período, bem como trabalhar com os jovens potencialidades para ocorrer o desligamento da instituição quando atingirem a maioridade (Brasil, 2009).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, estabelece aos jovens menores de 18 anos os direitos reconhecidos pela lei de forma integral proporcionando cuidado e proteção em um ambiente familiar e comunitário de forma segura e saudável. Em casos de não cumprimento ou violação desses direitos, a legislação determina que os sujeitos sejam encaminhados para a família substituta (Brasil, 1990).

Em concordância com esse documento supracitado, o acesso a esses tipos de serviços deve ser considerado de última alternativa, após todos os recursos para manter a criança ou o adolescente na família de origem terem esgotados. Seu conteúdo reforça ainda, que a decisão de acolher um sujeito não deve ser baseada na falta de recursos econômicos, pois estabelece que a pobreza por si só não é índice o suficiente para tal justificativa (Brasil, 1990).

Os profissionais envolvidos nessa instituição fazem parte da equipe técnica e devem incluir, um psicólogo e um assistente social de acordo com os documentos técnicos (Brasil, 2009). A atuação dos psicólogos nesses espaços é pouco explorada, pois sua atuação vai além das tarefas operacionais, ou seja de cumprir o protocolo que consta no caderno de orientação técnica e /ou satisfazer as necessidades básicas, como alimentação ou saúde higiênica. Sua atuação deve levar em concepção uma abordagem que contribui com um ambiente seguro, acolhedor e que promova autonomia para os indivíduos, ofertando uma escuta qualificada para a subjetividade do sujeito e trabalhando de forma interdisciplinar com as famílias e a comunidade promovendo a reintegração familiar e assegurando o retorno da criança ao seu núcleo de forma potencializada (Antoni, Koller, 2001 *apud* Silva *et al.*, 2015).

Mediante ao que foi exposto, ocorre também estratégias de convivência para ocorrer a aproximação dos sujeitos acolhidos com a equipe técnica do serviço. Essas estratégias são ferramentas essenciais para o contexto de proteção social e para trabalhar-se o convívio e a relação dos indivíduos com a instituição. Essas estratégias devem levar em consideração o contexto na qual o sujeito esta inserido, reconhecendo sua história e resgatando e ressignificando sua subjetivamente, isso inclui garantir a integridade física e psicológica do indivíduo, promovendo o bem-estar da instituição e de seus membros. Para isso, são necessários novos instrumentos de trabalho, conhecimentos e técnicas (Bleger, 1984).

Logo, para contribuir com a atuação do psicólogo nesse campo, a prática grupal pode ser usada como um recurso clínico e político, para abordar o conceito de sofrimento coletivo e individual.

O propósito de se utilizar essa ferramenta é intervir nas brechas das formações de vínculo, auxiliando e desenvolvendo formas de interação com os indivíduos, a qual utiliza-se a escuta para abranger os sofrimentos e as urgências sociais a qual estão inseridos. O objetivo é criar um ambiente vigoroso para que o indivíduo possa explorar novas formas de se relacionar com o outro, melhorando as relações de convívio e auxiliando na produção da subjetividade dentro da instituição, ao qual produz e reproduz sofrimento nos sujeitos. Dessa forma para alcançar isso, a instituição tem a responsabilidade de ofertar um espaço que favoreça o crescimento e o desenvolvimento das crianças e adolescentes, reconhecendo a singularidade de cada indivíduo e proporcionando um cuidado integral conforme a necessidade de cada apoiado nos princípios do ECA.

Portanto, é crucial reconhecer a importância da psicologia na prática de acolhimento, valorizando o sujeito em sua totalidade e respeitando a integridade social e as necessidades dos indivíduos, especialmente em contextos de instituições totais, conforme discutido por Goffman.

DESENVOLVIMENTO

A INSTITUIÇÃO TOTAL E A PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE

Tomemos aqui o Acolhimento Institucional na perspectiva do conceito de Goffman (1961), como sendo uma instituição total, dadas as suas semelhanças. O autor em questão, desenvolveu o conceito, após suas pesquisas, definindo assim,

“instituições totais como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (p. 11). Sob tal perspectiva é possível constatar essas mesmas idiossincrasias em um ambiente de instituições acolhimento para a infância e a adolescência, visto que também proporcionam essa dinâmica hierarquizadas e autoritárias, com regras, normas, uma certa restrição de liberdade e separados do seu ambiente de socialização primário, a família (Azôr; Vectore, 2008).

Os acolhidos são afetados pelo mesmo impacto apontado por Goffmann (1961) que as instituições totais provocam, no que ele denomina como “mortificação do eu”, ou seja, a mutilação da identidade suscitando uma solidão social, a perda dos papéis sociais, bem como a padronização dos modos de vivências, visto que o sujeito é massificado nesse ambiente coletivo, ocasionado assim, a perda da identidade, ou seja da subjetividade do sujeito. Nessa conjectura, podemos identificar opressores e oprimidos, caracterizados pela equipe dirigente e pelo grupo dos internados, a equipe dirigente é caracterizada pelos que modelam e o grupo de internados são modeladores. Apesar dessa característica dar a impressão de que a instituição realiza o sentido de poder ou um grupo que domina o outro, Goffman revela, de certa forma, que poder é substancialmente relação e que são lugares que compõem a sua dinâmica (Benelli, 2004).

A subjetividade é uma produção social e, portanto, coletiva. No contexto institucional, ela é produzida na intersecção das práticas discursivas simbólicas e das práticas não discursivas. Podemos dizer que o discurso subjetiva tanto quanto as práticas. Há outro tipo de discurso que, mesmo não sendo explicitamente verbalizado, é claramente perceptível e muito eficaz na formação da subjetividade e nas interações sociais dentro da instituição (Benelli, 2004). As práticas sociais que não envolvem o discurso podem ser percebidas nos pequenos detalhes do cotidiano do funcionamento institucional: são aspectos práticos relacionados à forma como as atividades são realizadas, ao design arquitetônico da instituição, à organização da equipe técnica e ao mobiliário. Esses são elementos observáveis e visíveis, que não estão necessariamente encobertos. Eles tendem a não ser percebidos por seu caráter óbvio e por serem recobertos pelo discurso que costuma mascará-los (Benelli, 2004), isso serve também para compreender o quanto é importante reconhecer o sujeito nesse

contexto institucional de acolhimento, o quanto esse processo afeta produzindo e reproduzindo o sofrimento singular e coletivo do grupo acolhido.

PRÁXIS DA PSICOLOGIA: SEU PAPEL DENTRO DE UMA EQUIPE MULTI E INTERDISCIPLINAR

Tendo como embasamento teórico-técnico o caderno: “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, a atuação do Psicólogo e o serviço prestado pela Instituição de Acolhimento devem administrar suas práticas a partir dos seguintes princípios: Excepcionalidade do Afastamento do Convívio Familiar, Provisoriedade do Afastamento do Convívio Familiar, Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários, Garantia de Acesso e Respeito à Diversidade e Não Discriminação, Oferta e Atendimento Personalizado e Individualizado, Garantia de Liberdade de Crença e Religião, Respeito à Autonomia da Criança, do Adolescente e do Jovem (MSD, 2009).

Em compensação, pode-se observar que a logística de funcionamento dessas organizações frequentemente reproduz as mesmas problemáticas que elas visam amenizar. Dessa forma, o acolhimento institucional, que procura restaurar os direitos, anteriormente violados, das crianças e dos adolescentes, contraditoriamente, acaba por reiterar o abandono e o sofrimento. (Arpini, 2003 *apud* Bleger, 1984).

Sob esse olhar, a Psicologia, enquanto ciência e profissão, busca contribuir para com as instituições de acolhimento por intermédio da Psicologia Social, possuindo o fito de disponibilizar uma escuta qualificada. Em concordância com o CREPOP (2011, p.09) “O olhar do psicólogo é capaz de compreender aspectos subjetivos que são constituídos no processo social e, ao mesmo tempo, constituem fenômenos sociais possibilitando que tais políticas efetivamente garantam direitos humanos”.

Partindo desses conhecimentos, é importante reiterar a importância da inserção do profissional de Psicologia na área da Assistência Social para repensar as práticas já instituídas nos serviços de proteção social especial de alta complexidade, visando o desenvolvimento pleno de todas as potencialidades dos sujeitos que estão inseridos nessa realidade social.

Logo, é possível evocar o item III dos princípios do Código de Ética Profissional do Psicólogo de acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) 2005, “O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a

realidade política, econômica, social e cultural” (p. 7), de modo que o sujeito será entendido dentro de sua dinâmica e valores de um contexto social e sua história.

Além disso, é importante analisar as motivações do acolhimento institucional, logo, inseridos em sua maioria em um contexto de desigualdade social, as famílias não conseguem garantir os direitos de seus filhos, falhando então com os próprios deveres, o que acaba acarretando a intervenção do Poder Público. A partir de um estudo, realizado no ano de 2013, é possível observar as principais violências cometidas contra as crianças e os adolescentes, no caso, a negligência e o abandono, seguidas pela dependência química ou alcoólica dos pais ou responsáveis (Assis, Farias, 2013).

Dessa forma, os acolhidos chegam ao instituto fragilizados e desorientados, visto que estavam inseridos em um ambiente desproporcional, que não lhes forneceu recursos suficientes para que eles se desenvolvessem psíquica, clínica e socialmente saudáveis, apresentando muito comprometimento. Seguindo a lógica supracitada, é importante que os profissionais inseridos nesse ambiente de trabalho tenham formação técnica e intimidade com as políticas públicas para que possam orientar as crianças e os adolescentes em seu estado psicoemocional (Elage *et al.*, 2011).

Sob esse olhar, Diniz *et al.* (2018) retoma a necessidade da presença do profissional de Psicologia em Instituições de Acolhimento, pois essas continuam sendo um elemento atravessador na trajetória de vida de seus abrigados, impactando negativamente a vinculação socioafetiva e a memória dos acolhidos.

Para que isso aconteça, é necessário ultrapassar a escuta diagnóstica e um trabalho engessado, sendo assim, regulamentada pela Resolução CFP N.º 010/2010, a Escuta Psicológica é um ferramental congruente para o trabalho das instituições de acolhimento, nesse entendimento, Trivellato e Vectore (2013, p. 300) apontam que “Entender as crianças como capazes, escutá-las e dar voz às suas experiências são atitudes que podem contribuir para a manifestação de aspectos importantes da sua subjetividade e ser um ponto de partida para intervenções promotoras do desenvolvimento infantil”.

Sob tal ponto de vista, as práticas grupais contribuem para que o bom Convívio e Convivência da Instituição de Acolhimento sejam prioridade. Esse método de trabalho permite colaborar com a ampliação das competências das crianças e dos adolescentes, auxiliando-os a enfrentarem suas dificuldades sociais. Essas práticas

corroboram para que haja o estreitamento dos laços afetivos, transformando a subjetividade dos sujeitos por intermédio da resignificação do discurso.

Sendo assim, por intermédio das informações supracitadas, é notório a importância da Psicologia e de sua inserção na área da Assistência Social, em específico, nas instituições de acolhimento, todavia, é necessário que haja interdisciplinaridade entre os serviços da Rede para que o trabalho feito nessas instituições de acolhimento seja ético e eficaz, possibilitando a realização de intervenções funcionais que tenham como protagonista a criança e/ou adolescente, garantindo seus direitos ao inseri-los em serviços ofertados pelo Estado e pelo município. (Brasil, 2009). Já, dentro da organização, a presença da equipe multidisciplinar é responsável por proporcionar aos acolhidos oportunidades de desenvolver suas potencialidades por intermédio da oferta de um acompanhamento regular, participando de forma atenta sobre as questões sociais, culturais, educacionais e emocionais (Gomes, 2016).

De acordo com as normativas vigentes, a Equipe Profissional Mínima deve ser constituída por: um Coordenador, com formação de nível superior, dois componentes da Equipe Técnica, com nível superior (Psicólogo e Assistente Social), para cada 20 crianças e adolescentes; um Educador Social e um Auxiliar de Educador, para até dez crianças e adolescentes por turno de trabalho (Brasil, 2009 *apud* Pozzobon, Brondani e Zappe, 2023, p. 6).

Dando continuidade, o psicólogo está em contato com os mais diversos profissionais. A primeira interação entre serviços que podemos observar é a do psicólogo com os educadores e auxiliares de educadores sociais, esses trabalhadores são os responsáveis pelas tarefas do cotidiano dos acolhidos. Essa interação entre profissões deve fornecer instrumentos para que o educador se sinta valorizado diante de uma carga de trabalho dificultosa e complexa, logo, o psicólogo pode orientar esses servidores acerca dos discursos e sentimentos que os acolhidos podem apresentar, ajudando-os a lidar com essas questões de maneira mais adequada. (Pozzobon; Brondani; Zappe, 2023).

O serviço social é uma profissão que trabalha diretamente com o Psicólogo em uma Instituição de Acolhimento, dessa forma, enquanto equipe técnica, os profissionais devem manter o diálogo para que suas decisões sejam coerentes e éticas, visto que, acompanham e são responsáveis por toda trajetória dos acolhidos. Algumas de suas responsabilidades são: ofertar atendimentos individuais ou em grupo

para os acolhidos, viabilizar o cumprimento dos direitos assegurados às crianças e aos adolescentes e o Plano Individual de Atendimento (PIA). Entretanto, enquanto trabalho em Rede de Serviços, o Psicólogo é responsável por manter contato com serviços como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), esse contato acontece por intermédio de encaminhamentos ou da utilização dos recursos dessas instituições.

Outra área de atuação que conversa com a Psicologia na Casa de Acolhimento é a Educação. A responsabilidade do Psicólogo nesse contexto se dá por meio do comparecimento em reuniões escolares, mantendo uma boa comunicação com os professores e equipe escolar, além de acompanhar o desenvolvimento pedagógico da criança ou do adolescente em questão, nesse ambiente.

Para finalizar a discussão acerca da multidisciplinar e interdisciplinaridade, a saúde é outra área a conversar com a Psicologia, nessa interação, o psicólogo pode se responsabilizar pelos encaminhamentos às Instituições de Saúde, como Unidades Básicas de Saúde (UBS) e hospitais. O psicólogo também pode acompanhar os acolhidos em seus atendimentos, compartilhando com o profissional de saúde o estado clínico no qual a criança e/ou adolescente se encontra. Além disso, pode realizar o encaminhamento para os respectivos serviços que auxiliam na integridade do sujeito.

Dessa forma, conclui-se que a interação da Psicologia com as mais diversas áreas é essencial para o bom funcionamento de uma Instituição de Acolhimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem como objetivo discutir e reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, destacando que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 foi um marco significativo nesse contexto. A prioridade na convivência familiar e comunitária, seja com a família de origem ou em famílias substitutas quando necessário, é essencial para o desenvolvimento saudável desses jovens. O acolhimento institucional, conforme a legislação, desempenha um papel crucial ao garantir a proteção, o cuidado e o apoio necessários para crianças e adolescentes em situações de risco pessoal.

A atuação do psicólogo nas casas de acolhimento é realmente fundamental. Ao facilitar a comunicação entre os acolhidos, a instituição e suas famílias, o psicólogo assegura que as vozes e desejos das crianças e adolescentes sejam ouvidos e

considerados nas decisões que envolvem sua vivência na instituição e seu relacionamento familiar. Essa abordagem humanizada, centrada nas necessidades individuais de cada jovem, contribui para uma prática mais inclusiva e respeitosa, conforme destacado por Bento (2010).

A colaboração e a participação ativa fortalecem significativamente o trabalho dos psicólogos nas casas de acolhimento. Atender crianças e adolescentes em acolhimento exige não apenas competência técnica, mas também um preparo emocional robusto por parte de toda a equipe. A complexidade e os desafios desse trabalho demandam que os profissionais estejam bem-preparados para oferecer suporte emocional, lidar com traumas, fortalecer vínculos familiares e atender às necessidades específicas de cada jovem acolhido. Além disso, é fundamental que esses profissionais recebam apoio emocional adequado para enfrentar as situações intensas de dor e sofrimento que vivenciam diariamente.

As instituições de acolhimento têm um papel vital ao proporcionar um ambiente temporário para crianças e adolescentes que sofreram violações de direitos. É essencial que essas instituições estejam alinhadas às diretrizes do ECA, da Nova Lei de Adoção (12.010/2009) e do Caderno de Orientações Técnicas, garantindo um atendimento que promova o desenvolvimento de habilidades relacionadas à dinâmica familiar e comunitária.

A interdisciplinaridade entre os serviços da rede é fundamental para assegurar a eficácia e a ética no trabalho realizado nas casas de acolhimento. Essa abordagem possibilita intervenções funcionais focadas no bem-estar e nos direitos das crianças e adolescentes, garantindo sua inserção nos serviços oferecidos pelo Estado e pelo município.

É extremamente importante que a equipe multidisciplinar do serviço de acolhimento ofereça oportunidades para que os acolhidos desenvolvam suas potencialidades, levando em conta as questões sociais, culturais, educacionais e emocionais. Um acompanhamento regular e atento é crucial para o desenvolvimento saudável dessas crianças e adolescentes.

A definição de uma Equipe Profissional Mínima, conforme as normativas vigentes, assegura um número adequado de profissionais qualificados para atender às necessidades dos acolhidos. A presença do psicólogo e do assistente social na equipe técnica é essencial para fornecer suporte emocional e social adequado;

enquanto o educador social e o auxiliar contribuem diretamente para o cuidado das crianças e adolescentes.

A comunicação eficaz entre os funcionários da instituição e a rede de serviços é fundamental para garantir o bom funcionamento do acolhimento. Nesse contexto, a atuação do psicólogo se torna ainda mais imprescindível, pois ele desempenha um papel crucial na promoção do bem-estar emocional e na criação de estratégias eficazes de suporte para os acolhidos.

O trabalho do psicólogo em uma equipe multidisciplinar é vital para o funcionamento adequado do serviço de acolhimento. A interação entre psicólogos, educadores e auxiliares é essencial para garantir que o cuidado diário dos acolhidos seja realizado com atenção e respeito. O psicólogo pode oferecer suporte emocional aos educadores, ajudando-os a lidar com as demandas emocionais da função, contribuindo assim para que se sintam valorizados em seu papel.

Ademais, a interação do psicólogo com a equipe do Serviço Social — seja como parte integrante da equipe técnica ou em contato com a rede — é essencial para garantir decisões coerentes em relação ao acompanhamento dos acolhidos. O trabalho conjunto entre psicólogos e assistentes sociais é fundamental para assegurar os direitos das crianças e adolescentes sob acolhimento, além de orientar as intervenções durante esse período visando à superação das situações que levaram à medida protetiva.

O Plano Individual de Atendimento (PIA) se mostra uma ferramenta importante nesse processo; portanto, a atuação conjunta da equipe técnica — incluindo o psicólogo — é crucial para garantir intervenções adequadas a cada caso específico.

Por fim, é vital reconhecer a importância do sujeito como agente transformador da própria realidade. Essa realidade deve ser mais humana, respeitando sua integridade social e subjetividade — aspectos que podem ser moldados no contexto da “instituição total”, conforme explicado por Goffman.

REFERÊNCIAS

ASSIS, S. G. D.; FARIAS, L. O. P. **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013. p. 23-62.

AZÔR, A. M. G. C. V.; VECTORE, C. Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 25, p. 77-89, 2008.

BENELLI, S. J. A instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar. **Estudos de Psicologia (Campinas)** [Internet]. 2004, set.; v. 21, n. 3, p. 237-252. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2004000300008>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BLEGER, J. **Psico-higiene e psicologia institucional**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1984.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: Serviço de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, 2009.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2005.

DINIZ, I. A.; ASSIS, M. O. D.; SOUZA, M. D. Crianças institucionalizadas: um olhar para o desenvolvimento socioafetivo. **Pretextos: Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 5, p. 261-285, 2018.

ELAGE, B.; GÓES, M.; FIKS, M.; GENTILLE, R. **Perspectivas: formação de profissionais em serviços de acolhimento**. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2011.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974 [1961].

GOMES, M. M. C. **O papel do psicólogo nas instituições de acolhimento**. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Medianeira, Medianeira, 2016.

POZZOBON, K.; PETRY BRONDANI, R.; ZAPPE, J. O psicólogo em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes: possibilidades cotidianas de atuação multidisciplinar. **Cadernos de Comunicação**, v. 27, n. 2, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2316882X76667>. Acesso em: 14 jun. 2024.

SAMPAIO, J. dos R. A "Dinâmica de Grupos" de Bion e as Organizações de Trabalho. **Psicologia USP** [online]. 22 jan. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/gTCXvtbP7WD7MmQVpv6DxRP/>. Acesso em: 8 jun. 2024.

SILVA, C. D. L. *et al.* A psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. **Pesquisa e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 10, n. 1, p. 55-65, jun. 2015. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 jun. 2024.

SILVA, J. C. da; GARCIA, E. L. Produção de subjetividade e construção do sujeito. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 35, p. 189-198, dez. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782011000200013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 jun. 2024.

TRIVELLATO, A. J.; CARVALHO, C.; VECTORE, C. Escuta afetiva: possibilidades de uso em contextos de acolhimento infantil. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 17, p. 299-307, 2013.